



# A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DA ERA OCEÂNICA

Eurípedes Cardoso de Menezes

**E**mbora, neste fim de século, se prepare audaciosamente o homem para o domínio do espaço sideral, e a despeito mesmo de já haver conseguido chegar à Lua, são ainda bem modestas nesse sentido as suas atividades.

Continuamos iniludivelmente na era oceânica, que os Portugueses, seguidos dos Espanhóis, iniciaram no século XV, na conquista do Atlântico, o legendário Mar Tenebroso.

De resto, ainda hoje, no âmbito das relações internacionais, é em torno dos pontos estratégicos à beira do oceano que se desenrola toda a luta do mundo bipolar.

Certa a doutrina do estadunidense Alfred Mahan sobre o poder marítimo; a Rússia, porém, é que está pondo em prática pela metódica e perseverante atuação do Almirante Sergei Gorskhov.

Feita esta ligeira observação introdutória, dividamos geograficamente o Con-

tinente Antártico, a imensa e riquíssima ilha gelada do Polo Sul, cercada pelos três maiores oceanos, em setores continentais: o *africano*, envolvido pelo Índico-Atlântico; o *americano*, pelo Atlântico-Pacífico; e o *australiano*, na esfera exclusiva do Pacífico.

Localiza-se o *setor antártico africano* entre os meridianos 0º e 120º Leste, sendo facilmente constatável no mapa a relativa proximidade e unidade das bacias do Índico e do Atlântico.

Num circuito equidistante, a África, a Oceania e a América do Sul fazem do Índico-Atlântico uma bacia fechada, semelhantemente ao que se dá, guardadas as devidas proporções, com o Glacial Ártico.

Na linha da Doutrina Gorskhov, que intenta criar facilidades navais entre o Índico e o Atlântico meridional, além do efetivo movimento de pinça contra a República da África do Sul, instalou a

Rússia o maior número de bases na Antártica africana; esta é um verdadeiro balcão debruçado no estratégico corredor marítimo encimado pela Rota do Cabo, por onde passam 80% do petróleo do conturbado Oriente Médio, do qual depende a Europa Ocidental; balcão debruçado também sobre o Índico, por muito tempo tido como um grande lago estagnado de um mundo subdesenvolvido mas agora em evidência pelos acontecimentos do Golfo Pérsico; e pelo qual também circulam 80% do petróleo consumido pelo Japão, presente também na Antártica africana pela base de Syowa.

Nesse conjunto vale ressaltar o posicionamento central da África do Sul nessa bacia de oceanos meridionais, e sua defrontante Antártica, com territórios reivindicados por decretos emitidos, embora sem reconhecimento internacional, pela Noruega e pela Austrália. Nessa conjuntura, também demonstra a República da África do Sul o seu interesse pelo Continente Austral mantendo ali a sua base de SANAE. Este o *setor antártico africano*.

Já o *setor antártico americano* se localiza entre os meridianos de 120º e 0º Oeste. Segundo a Doutrina Gorskhow, de facilidades navais, uma das áreas de interesse se concentra no Atlântico-Sul, e precisamente na costa africana, onde já dispõe o Kremlin de vários portos amigos, entre os quais Guiné-Bissau, na linha de estrangulamento do Atlântico; Brazzaville, no Congo, donde partiram as operações militares contra Angola; e Luanda, capital de Angola, hoje reduzida a uma simples fazenda moscovita.

Ficou patente, na segunda Guerra Mundial, a importância desse Atlântico Sul pelo papel desempenhado na estratégia aliada: no norte, a linha Natal-Dakar; no sul, com a luta armada entre

alemães e ingleses nas águas geladas do Antártico.

No Atlântico Sul, sabemos que, além do petróleo, existem abundantes recursos pesqueiros. Segundo o relatório preparado em 1976 para o Governo inglês por Lord Shackleton, se concentram, entre a costa sul-americana e a Antártica defrontante, os bancos de krill, estimados em 100 milhões de toneladas — quantidade equivalente a quase o dobro do total mundial dos produtos de pesca.

Em termos de potencial militar, são ainda pequenas as forças armadas de que dispõem os países envolvidos no Atlântico Sul. Os três mais avançados são a África do Sul, a Argentina e o Brasil — este, com o mais extenso litoral.

No âmbito internacional passa destaque o nosso país a ser considerado mais em termos marítimos globais do que terrestres. É que se concentram na faixa marítima do nosso núcleo geohistórico 80% da população brasileira; e, conseqüentemente, as nossas economias mais desenvolvidas, abrangendo, pois, a nossa faixa marítima o ecúmeno estatal brasileiro, o qual contrasta com o hinterland, que envolve as nossas áreas neutras.

Nosso extenso litoral avança, outrossim, consideravelmente pelo Atlântico no entorse continental que leva a ser mesmo o meridiano de Lima, nas imediações do Pacífico, e de Washington, próxima do Atlântico. Nessas condições se encontra o Recife a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires; e a pouco menos de 3.000 km da África Ocidental. Por outro lado, a distância dessa zona de estrangulamento do Atlântico Sul é menor do que a que vai do nosso litoral, no ângulo saliente nordestino, até a fronteira Brasil-Peru (a distância Recife-Buenos Aires é maior do que a do Recife a Dakar, como a do Brasil para a África é

menor do que a do Brasil ao Peru, no nosso continente).

Mais do que evidente, pois, a vocação atlântica do Brasil, e isto a despeito de se terem batido vários geopolíticos pela nossa continentalidade. Daí a criação de Brasília quase na mesma época da realização do Ano Geofísico Internacional (1957-58).

E, por havermos carregado tanto dinheiro para o Planalto Central (até os tijolos eram transportados de avião!), não pudemos participar senão modestamente no A.G.I., no nosso tão modesto laboratório da Ilha da Trindade; pelo que, não tendo contribuído direta e ativamente para os trabalhos de pesquisa na região antártica, demos um pretexto, embora frágil, ao governo estadunidense para nos alijar da Conferência de Washington (de dezembro de 1959), conferência, aliás, que não deu à Antártica o tão desejado estatuto jurídico.

No entanto, a 16 de maio de 1975, ao acedermos oficialmente àquele Tratado, destacamos a nossa maritimidade, sobretudo no item D do Documento de Adesão do Brasil, onde, de resto, já se acha implícita a defrontação: "...o Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima no Atlântico Sul, costa esta devassada pelo continente austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártica"

Por se projetar no Atlântico, defronta-se o Brasil com a Antártica pelos meridianos de Martim Vaz e do Arroio Chuí; e, trazendo à baila os nossos interesses diretos e substanciais no Sexto Continente, diz o Documento no item E: "...considera-se (o Brasil) como co-responsável pela defesa da Antártica americana, reconhecida pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (art. 4.º).

Se esse TIAR já tem um ponto vulnerável no Caribe com a bolchevização de Cuba, é mister não deixar cair nas mãos de Moscou nenhum trecho da Antártica americana, mesmo porque, se no Atlântico Norte o bloco ocidental conta, bem ou mal, com a OTAN, é no Atlântico Sul que se acha o flanco desguarnecido desse bloco.

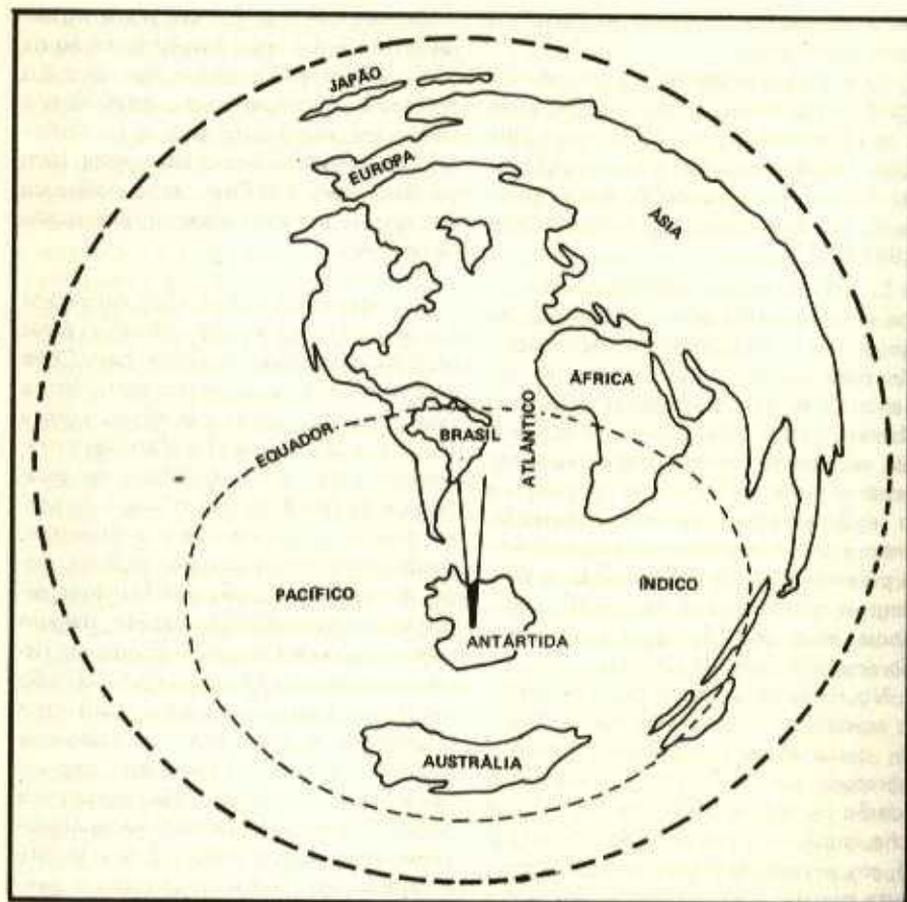
Perigosamente a Antártica americana é o setor em que se embaralham as áreas reivindicadas pela Inglaterra, pelo Chile e pela Argentina. E no contexto tem a Argentina problemas pendentes com a Inglaterra por causa das Malvinas (através das quais pode a Argentina ser escalonada da Antártica). A 610 km do litoral argentino, permanece o arquipélago, desde 1833, em poder dos ingleses. Pode, de resto, a questão das Malvinas, arquipélago subantártico, repetir dalgum modo o *affaire* Gibraltar, pondo em risco o próprio mundo ocidental. Daí não haver no já citado relatório Shackleton referências a problemas de soberania nas Malvinas (ou Falklands), explicitando que "a cooperação econômica com a Argentina é essencial ao desenvolvimento do arquipélago". É que se está a repetir ali, *mutatis mutandis*, o caso dos *golondrinas* de Gibraltar.

A Argentina tem também problemas com o canal de Beagle, e com implicações ainda mais profundas.

Diz textualmente o Tratado de Limites de 1881, que dividiu a Terra do Fogo entre os dois países:

"O Chile não pode pretender nenhum ponto sobre o Atlântico, como a Argentina não pode reivindicar pontos sobre o Pacífico."

Com isto se esfria a tese do arco antilhano defendida pelo Chile, segundo a qual se estende o Oceano Pacífico até as



Georgias do Sul, arquipélago subantártico em pleno Atlântico.

Beneficiado pelo laudo da Rainha Elizabeth na questão de Beagle, conseguindo as três ilhas Lennox, Picton e Nueva, passará o Chile, que já possui extenso litoral no Pacífico, e contrariamente ao disposto no Tratado de 1881, a ser um país atlântico; dominará as três únicas vias de acesso naturais no Atlântico-Pacífico, defrontantes com a Antártica, ou seja, os estreitos de Magalhães, Beagle e Drake; e, em consequên-

cia, garantirá uma fatia maior na Antártica se vitorioso afinal o princípio de defrontação.

Entretanto, se a Argentina, que rejeitou o laudo arbitral, conseguir ficar com essas três ilhas, manterá o acesso à estratégica base naval de Ushuaia, ponto mais avançado na defesa do país e a cidade que mais se aproxima do Continente Antártico; e impedirá outrossim que o Chile chegue ao Atlântico e, sozinho, exerça influência naquele labirinto de estreitos. Mas, ao reivindicar na Antárti-

ca uma fatia que se superpõe à do Chile, parece também ignorar a Argentina o Tratado de Limites de 1881, pois, embora seja feita essa reivindicação na parte sul do estreito de Drake, atingirá o Pacífico também.

Aliás agiu sabiamente no passado a diplomacia brasileira no Prata, preferindo, por não poder ficar com a margem norte (a Banda Oriental do Uruguai), a existência de um novo país; e assim dividiu a zona de influência nessa área estratégica.

A divisão, pois, da Antártica americana pela defrontação neutralizaria toda essa região considerada estratégica pelo TIAR, levando para lá os países mais afetados — Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador — todos co-participantes do Tratado do Rio de Janeiro.

O setor antártico australiano se localiza entre os meridianos de 120° Leste e Oeste.

Ao contrário da OTAN, a OTASE, que se propunha a ser dela uma réplica, jamais dispôs de força armada própria e nem levou os seus associados a um engajamento automático. Nesse contexto, a OTASE (Organização já desfeita) muito se assemelhava ao ainda hoje vigente TIAR, parecendo mesmo haver sido criada só para justificar a intervenção armada dos Estados Unidos no Vietnam, pois que, findas as operações, se desfez em 1977 a Organização.

Na conjuntura atual do Pacífico avulta a importância da Antártica australiana, na retaguarda da Austrália e da Nova Zelândia, que também já fizeram suas reivindicações territoriais, e que reparam a área com a França. Nesse setor se encontram numerosas bases dos Estados Unidos, inclusive a de Marc Murdo, em estado permanente de alerta e em comu-

nicação DDD com Washington e com telefone auto-excitado para Omaha. Nesse setor é que se encontra o único trecho que ainda não foi objeto de reivindicação por parte de nenhum país.

Como na Antártica americana, onde a Península Antártica e os arquipélagos subantárticos escalonam o continente sul-americano — na Antártica australiana a reentrância formada pelo mar de Ross, menos castigada pelos furiosos vendavais, embora não livre dos *icebergs*, se transformou no ponto preferido de partida para as expedições científicas; o que lhe evidencia o valor geoestratégico como via de penetração do continente.

## CONCLUSÃO GERAL

Levando-se em conta as reivindicações, os interesses políticos e estratégicos no Continente Antártico, podemos dizer que o fulcro do poder mundial começou a se transferir para um eixo norte-sul, bem mais complicado do que o eixo leste-oeste.

Na década de 80 está havendo uma difusão e proliferação do poder no mundo, que aos poucos se afasta da bipolaridade. Haja vista o chamado bloco do "Terceiro Mundo". Por enquanto existem no sul países ainda fracos e heterogêneos, dependentes do norte, dentro da política neo-colonialista. Em tal contexto histórico deverá ressaltar-se que a Antártica continua sem estatuto jurídico visto que na reunião de Washington se opuseram vigorosamente os territorialistas aos internacionalistas.

Na década de 90 deverá resolver-se a questão da Antártica. É que o Tratado de Washington prevê uma resolução nesse sentido trinta anos após o começo de sua vigência, congelado que ficou até 1991 o problema da divisão territorial.

Em consequência, o eixo sul, interessado mais diretamente na Antártica, bastante populosa, com a maioria de seus membros na ONU e os seus aderentes ao Tratado de Washington, poderá fazer-se representado e ouvido. Não é mais possível, pois, desacoplar o norte ao sul; e, a despeito da extinção da OTASE e do descaso do TIAR, não poderá mais ser a Antártica posta de quarentena em relação à sua periferia defrontante, sobretudo nas fatias territoriais defrontantes com o Brasil, o Uruguai, a Argentina, o Chile, o Peru e o Equador.

Ao lado do valor estratégico militar da Antártica avulta o geoeconômico. À grande riqueza representada pelas 16.000 baleias arpoadas anualmente nas águas antárticas, rendendo mais de 200.000 toneladas de óleo e mais de 360.000 toneladas de carne (quase 1.000 por dia), deverá acrescentar-se a pesca do krill, avaliada em 50 milhões de toneladas, contrastando com o total pesqueiro brasileiro de apenas 6 milhões... Só a baleia e o krill, sem falar no cachalote (cujo ambar cinzento tem ampla aplicação na indústria perfumista francesa), trariam apreciável desdobramento para a nossa indústria naval pesqueira, criando novos empregos, incluindo-se dentro do 2.º PND, que prevê um "ajustamento às novas realidades da Economia Mundial, principalmente no sentido de dar impulso à condição brasileira de fornecedor mundial de alimentos e matérias-primas".

Sabemos que o Continente Antártico encerra vastas riquezas minerais. O Serviço Geológico dos Estados Unidos detectou e confirmou a existência de 45 bilhões de barris de petróleo e de 115 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural só nos mares de Ross e Weddell, este último na defrontação brasileira.

Aliás, é interessante assinalar que o petróleo se encontra em maior quantidade nas zonas desprovidas de chuva: a parte desértica do Saara, o Oriente Médio e as zonas polares: — o Alaska, dentro do círculo polar ártico; a Sibéria ártica; e a Antártica.

Ora, o Brasil, com uma reserva de 2 bilhões e 500 milhões de barris, não se poderá desinteressar das imensas riquezas minerais do Continente Antártico. O 2.º PND afirma ser "peça decisiva da estratégia nacional" a política energética em nosso país, que "importa mais de 2/3 do petróleo consumido". Assim podemos dizer que praticamente 1/3 de nossas exportações vem sendo trocado por petróleo.

As reservas carboníferas da Antártica podem ser classificadas, quanto ao volume, no 2.º lugar depois das existentes nos Estados Unidos. A análise de amostras desse carvão o compara ao melhor, o pérmico da Austrália. Podemos assim dizer que estão as reservas antárticas entre o trilhão e meio de toneladas dos Estados Unidos (em 1.º lugar) e os 80 bilhões de toneladas da Polônia (em 2.º lugar). Isto posto, as reservas brasileiras de carvão coqueificável, segundo o nosso Departamento de Produção Mineral, são de apenas 600 milhões de toneladas. Por outro lado, enquanto o carvão antártico, comparado ao pérmico australiano, apresenta baixo teor de enxofre, o do nosso é bastante alto, dando-nos, portanto, desvantagem; enquanto o teor de cinzas no carvão antártico é de 8 a 10%, o nosso, só após oneroso processo de lavagem, tem o seu teor baixado para um percentual de 12 a 15%. O Brasil, que em 1979 importou 4 milhões de toneladas de coque, deve ter, pois, pelo carvão antártico o maior interesse.

Limitei-me ao carvão e ao petróleo, sem citar o urânio, existente na Antártica, consoante dados de fontes mais secretas, em grande quantidade — o que é do maior interesse para o Brasil, que já ingressou na era nuclear.

Como se vê, a Antártica, continente de 14.000.000 km<sup>2</sup>, quase o dobro da área do Brasil, onde grande parte do solo ainda não foi explorado, é riquíssimo em recursos minerais. Desde a primeira informação prestada em 1895 pelo alemão Petersen, até os nossos dias, já se constatou a existência de cerca de 180 minerais.

Ainda no contexto econômico cabe ressaltar outrossim a importância dos icebergs. A Antártica, que contém 95% do total mundial de água potável, poderá contribuir eficazmente para irrigar as zonas semi-áridas do nosso nordeste. O transporte de icebergs antárticos para países carentes de água foi o tema da reunião realizada em Paris em junho de 1977, promovida pela *Icebergs Transports International*, empresa pertencente em partes iguais à Companhia Francesa CICERO e ao Príncipe Mohamed Al Faissal-al-Saud, da Arábia Saudita.

Em setembro de 1977 outra reunião foi convocada em Paris, preparatória do 9.º Encontro Consultivo Antártico, para tratar da futura exploração de minérios.

Por enquanto, porém, em relação ao problema da Antártica, tão reivindicada, tudo parece resumir-se mesmo em reuniões... em que nada de positivo se resolve. Ou quando se resolve é para se não cumprir, como a respeito, por exemplo, da limitação da pesca da baleia, que continua a ser exterminada sem restrições pela Rússia e pelo Japão, e até pelo Brasil no litoral da Paraíba; como acerca da diminuição da pesca do krill; da desmilitarização da Antártica, onde

continuam a existir bases militares de signatários do Tratado de 1959; de permuta obrigatória de informações científicas, de que faz a Rússia letra morta, etc.

Entrementes, vão-se consolidando as posições dos mais arrojadados, e se multiplicando também as bases da União Soviética, e se caracterizando paulatinamente os fatos consumados, e até mesmo o *uti possidetis*... ao arripio de tratativas e tratados transformados não raro em farrapos de papel.

Mostra-nos a História que de fato *audaces Fortuna juvat*, que a vitória não costuma ser dos vacilantes e tímidos (lembremo-nos de Entebe e do Iran), mas dos destemidos, dos que sabem que em política é preciso jogar — para ganhar, perder ou empatar; que é preciso competir... como faziam os dirigentes da política do Brasil Império, com aquele seu espírito decisivo e decisório, recém-redivivo, aliás, para honra desta geração, na construção de Itaipu.

Em face, pois, dos desafios da era oceânica, não há como subestimar-se a importância da Antártica — autêntica plataforma giratória entre mares tão cobichados, dantes nunca navegados e agora tão cruzados, importância que em futuro bem próximo avultará sobremaneira.

Aliás, em se falando a respeito da Antártica, é honesto e justo — *cui honor, honor* — lembrar que a tese que lancei perante o Congresso Nacional a 28 de novembro de 1970, dos direitos do Brasil no Continente Branco e da sua divisão territorial pelo critério da defrontação, foi pela primeira vez trazida a público no número de abril de 1956 da Revista do Clube Militar pela Professora Therezinha de Castro.

Esteve, entretanto, relegado o assunto, por parte das nossas autoridades du-

rante 15 anos, ao mais incompreensível e imperdoável esquecimento, até que, em 1970, se voltou a desfraldar a mesma bandeira e da mais alta tribuna do país. E a chama se propagou rapidamente, passando a Nação a tomar conhecimento dos *deveres*, que lhe haviam sido impostos pelo TIAR, e dos seus *direitos*, como nação defrontante e pelo seu "destino manifesto" em relação ao Atlântico, e, por desdobramento, às regiões polares austrais.

Interessaram-se, felizmente, em primeiro lugar, o Estado Maior do Exército, depois o EMFA, o Conselho Nacional de Segurança, a Escola Superior de Guerra, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, a Escola de Guerra Naval, a Escola Nacional de Informações, o Itamaraty, o Instituto Rio Branco, o Congresso Nacional, a imprensa falada e escrita, os universitários, os cientistas e as camadas mais esclarecidas da população.

Deveria o Brasil, *data venia*, antes da acessão de 16 de maio de 1975 ao Tratado de Washington, e à semelhança do que sete outras nações já haviam feito, ter emitido o decreto de anexação do território antártico compreendido entre os meridianos de Martim Vaz e do Arroio Chuí. Aliás, coincidentemente, foram também sete os países que, reivindicando territórios africanos no século XIX, se beneficiaram com a partilha feita no Congresso de Berlim, de 1884-5.

E mesmo a despeito do congelamento, imposto pelo Tratado até 1991, da questão territorial, não vejo por que, em vista de tais e tantas as violações já feitas ao Tratado, cujos signatários, aliás, não dispunham de autoridade para legislar *erga omnes*, não pudéssemos, mesmo agora, emitir o decreto de reivindicação da Antártica Brasileira.

Que ao menos, porém, em vista da divulgação de dados oficiais relativos à existência ali de imensas jazidas de petróleo e de urânio, tomássemos a inicia-



*Euripedes Cardoso de Menezes, ex-jornalista e professor universitário, parlamentar por 26 anos e meio, antigo presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, diplomado pela ESG (1972), para onde levou a tese lançada em 1956 pela professora Therezinha de Castro dos nossos direitos na Antártica e que, apresentada na tribuna do Congresso em novembro de 1970, foi vitoriosa em maio de 1975 com a acessão do Brasil ao Tratado de Washington. Conferencista em várias universidades e institutos militares de nível superior.*

tiva de requerer a antecipação da conferência marcada para 1991.

Poderia mesmo o Brasil, um dos últimos signatários do Tratado de Washington, a despeito de não estar ainda participando ativamente das pesquisas na Antártica, tomar a iniciativa da convocação dessa conferência em Brasília. Algo análogo fez Bismarck, que, embora anti-colonialista, convocou o Congresso de Berlim, que repartiu politicamente a África, dando à Alemanha retardatária excelentes territórios no continente africano.

De qualquer modo, porém, urge encontrar e aplicar uma fórmula para a solução imediata do problema territorial antártico antes que, em se passando da exploração à exploração daquelas riquezas, surja um conflito no Continente Branco, que deveria ser sempre um oásis de paz, de harmonia e de fraternidade. Com esse objetivo, aliás, é que se tem sustentado sem esmorecimento durante todos esses anos a bandeira da defrontação.